

A interpretação do Brasil e do brasileiro e suas implicações no campo da educação

The interpretation of Brazil and of the Brazilian and the implications in the field of education

Adriana Kemp Maas

Mestranda em Educação nas Ciências – Unijui.
e-mail: adrikm@brturbo.com

"Não é certamente o atrativo menor de uma teoria o fato de ela ser refutável: justamente com isso ela atrai mentes mais sutis" (Friedrich Nietzsche)

Resumo

Com base no entendimento de que a interpretação do Brasil e do brasileiro nos diferentes momentos da história do país, por diferentes autores, consolida arquétipos culturais que se refletem na ordem social e nos conceitos estruturantes da educação e do pensamento pedagógico, "demarcando" possibilidades de mudança do país, este texto constitui-se de uma análise dos textos **Os Sertões**, de Euclides da Cunha (1902), **Urupês**, de Monteiro Lobato (1914), e **Formação do Brasil Contemporâneo**, de Caio Prado Jr. (1942). Evidenciam-se aspectos em que as referidas obras assemelham-se e/ou contrariam-se no que tange à interpretação do Brasil e do brasileiro e, por fim, são apontadas e discutidas possíveis implicações dessas interpretações no campo da educação.

Palavras-chave

Interpretação do Brasil e do brasileiro; arquétipos culturais; educação.

Abstract

Based on the understanding that the interpretation of Brazil and the Brazilian, in different periods of the history of the country, by different authors, consolidates cultural archetypes which are reflected in the social order and in the structuring concepts of education and pedagogical thought, "marking" possibilities of change in the country, this text constitutes an analysis of the texts **"Os Sertões"** by Euclides da Cunha (1902), **"Urupês"** by Monteiro Lobato (1914), and **"Formação do Brasil Contemporâneo"** (The Formation of Contemporary Brazil), by Caio Prado Jr. (1942). There are evidences of aspects in which the aforementioned works are similar and/or different in relation to the interpretation of Brazil and of the Brazilian and finally, possible implications of these interpretations in the field of education are brought out and discussed.

Key words

Interpretation of Brazil and Brazilians; cultural archetypes; education.

Introdução

Entende-se que a interpretação do Brasil e do brasileiro nos diferentes momentos da história do país, por diferentes autores, consolida arquétipos culturais que, por sua vez, refletem-se na ordem social e nos conceitos estruturantes da educação e do pensamento pedagógico, “demarcando” possibilidades de mudança no país.

Com base nessa compreensão, a proposta deste texto é analisar a interpretação do Brasil e do brasileiro, a partir das obras **Os Sertões**, de Euclides da Cunha (1902), **Urupês**, de Monteiro Lobato (1914), e **Formação do Brasil Contemporâneo**, de Caio Prado Jr. (1942).

Os referidos textos de Euclides da Cunha e Monteiro Lobato foram tomados como objeto deste estudo por serem representativos de um momento histórico brasileiro caracterizado por uma significativa mudança nas “fontes de inspiração” de nossos intelectuais (início do século XX), período que antecedeu a Semana de Arte Moderna, de 1922. As duas primeiras décadas do século XX marcam, em termos mundiais, os preparativos para a Primeira Guerra Mundial, que teve a Europa como palco; o Brasil vive a República do café-com-leite, dos grandes proprietários rurais. Trata-se de uma época em que os fortes contrastes da realidade brasileira são evidenciados: de um lado, é a época áurea da economia cafeeira no Sudeste, da entrada de grandes levas de imigrantes, notadamente os italianos, do esplendor da Amazônia, com o ciclo da borracha, e do surto da urbanização de São Paulo; de outro lado, é também o tempo

de agitações sociais resultantes das crescentes desigualdades: a Revolta de Canudos, na Bahia, em fins do século XIX, o tempo do cangaço, com a figura lendária de Lampião, nos primeiros anos do século XX, em todo o sertão assolado por constantes secas.

A produção literária desse período reflete esses conflitos, sintetizados em três aspectos: 1) denúncia da realidade brasileira, negando o Brasil literário herdado do Romantismo e do Parnasianismo e retratando o Brasil não-oficial do sertão nordestino, dos caboclos interioranos, dos subúrbios; 2) incorporação à Literatura de tipos humanos marginalizados; 3) leitura/representação da realidade brasileira à luz de fatos políticos, econômicos e sociais contemporâneos, diminuindo a distância entre realidade e ficção.

A obra de Caio Prado Jr., por sua vez, foi tomada por ser representativa de outra explicação do Brasil, que toma corpo a partir de 1930, superando-se a historiografia baseada nos conceitos de raça, revoltas/batalhas, que permeiam as interpretações anteriores e construindo-se uma “leitura” da sociedade brasileira a partir de concepções culturais (organização social e econômica). O país vive a efervescência do fim da República do café-com-leite e do Movimento Modernista preparado nas primeiras duas décadas do século XX, tendo vivido seu período mais radical até 1930, quando se inicia o que se denomina segunda fase modernista, caracterizada pela denúncia social, cujas obras exprimem um elevado grau de tensão nas relações do “eu” com o mundo. A maturidade e o engajamento que

se verifica nas produções literárias desse período também se fazem presentes na obra historiográfica de Caio Prado Jr.

A busca incessante pela definição do tipo humano brasileiro marca tanto a produção literária quanto a historiográfica. É essa busca que norteia a análise dessas obras neste estudo. Apresenta-se, num primeiro momento, uma leitura de **Os Sertões**, de Euclides da Cunha, e de **Urupês**, de Monteiro Lobato, tecendo a respeito de ambas alguns comentários analíticos, buscando evidenciar aspectos em que se complementam/assemelham e/ou se contrariam/negam, uma vez que pertencem ao mesmo período da Literatura Brasileira e foram publicadas em um momento da história do Brasil caracterizado pela tentativa de construção de uma tradição intelectual genuinamente nacional.

Na seqüência, apresenta-se uma leitura da obra **Formação do Brasil Contemporâneo**, de Caio Prado Jr., buscando evidenciar a interpretação que o mesmo faz do Brasil e de seu povo. Por fim, evidenciam-se possíveis contradições e/ou complementações entre os textos estudados e suas implicações no campo da educação.

A análise que ora se apresenta desses textos funda-se no entendimento de que a leitura de textos da literatura e da historiografia proporciona conhecer e compreender a sociedade em seus diversos momentos, possibilitando a percepção das mudanças ocorridas, para além da informação sobre os fatos históricos, mas, principalmente, a compreensão de seu significado e seus desdobramentos na vida sócio-

econômica, cultural e, conseqüentemente, na educação. Entende-se que as concepções que permeiam o fazer em educação resultam da relação de forças entre diferentes modos de “olhar-ler” a realidade e vislumbrar suas possibilidades. Nesse sentido, três questões são fundantes: Quem somos? Quem queremos ser? Quais são nossas possibilidades? A literatura e a historiografia ajudam-nos a construir respostas para estas questões.

Os Sertões: o sertanejo como a “rocha viva” da nacionalidade

Publicado em 1902, **Os Sertões**, de Euclides da Cunha, é resultado da experiência do autor como enviado do Jornal **O Estado de São Paulo** à Bahia, a fim de fazer a cobertura jornalística da Revolta de Canudos, em 1897.

A obra divide-se em três grandes partes: A Terra, O Homem e A Luta.

Na primeira parte, intitulada A TERRA, o autor situa geograficamente o leitor (os sertões descritos incluem territórios de Goiás, Piauí, Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia); descreve a terra do sertão nordestino, do ponto de vista geográfico, e faz uma análise do clima do sertão. Embora não seja essa a parte sobre a qual este estudo efetivamente recai, merecem destaque as descrições poéticas, permeadas de prosopopéias¹, através das quais evidencia-se a antropomorfização² da natureza. Como exemplo, tem-se a descrição das bruscas alterações climáticas ocorridas no sertão:

A terra desnuda tendo contrapostas, em permanente conflito, as capacidades emissiva e absorvente dos materiais que a formam, do mesmo passo armazena os ardores das soalheiras e deles se esgota, de improviso. Insola-se e enregela-se, em 24 horas. Fere-a o Sol e ela absorve-lhe os raios, e multiplica-os e reflete-os, e refrata-os, num reverberar ofuscante: pelo topo dos cerros, pelo esbarrancado das encostas, incendeiam-se as acendalhas da sílica fraturada, rebrilhantes, numa trama vibrátil de centelhas; a atmosfera junto ao chão vibra num ondular vivíssimo de bocas de fornalha em que se pressente incomparável no fulgor, fulmina a natureza silenciosa, em cujo seio se abate, imóvel, na quietude de um longo espasmo, a galhada sem folhas da flora sucumbida (CUNHA, 2000 [1902], p. 36-37).

Merece destaque, ainda, a descrição que o autor faz da “secura” do ar na região dos sertões brasileiros. O autor cria uma imagem que se define claramente “diante dos olhos” do leitor, constituindo uma ilustração:

O sol poente desatava, longa, a sua sombra pelo chão e protegido por ela – braços largamente abertos, face volvida para os céus – um soldado descansava.

Descansava... havia três meses.

Morrera no assalto de 18 de julho. A corronha da Mannlicher estrondada, o cinturão e o boné jogados a uma banda, e a farda em tiras, diziam que sucumbira em luta corpo a corpo com adversário possante. Caíra, certo, derreando-se à violenta pancada que lhe sulcara a fronte, manchada de uma escara preta. E ao enterrar-se, dias depois, os mortos, não fora percebido. Não compartira, por isto, a vala comum de menos de um côvado de fundo em que eram jogados [...].

E estava intacto. Murchara apenas. Mumificara conservando os traços fisiológicos, de modo a incutir a ilusão exata de um lutador cansado, retemperando-se em tranqüilo sono, à sombra daquela árvore benfazeja. Nem um verme – o mais vulgar dos trágicos analistas da matéria – lhe maculara os tecidos. Volvia o turbilhão da vida sem decomposição repugnante, numa exaustão imperceptível. Era um aparelho revelando de modo absoluto, mas sugestivo, a secura extrema dos ares (Id, *Ibid*, p. 38).

Este trecho ilustra, também, o estilo da linguagem empregada por Euclides da Cunha, incorporando à literatura termos científicos, sem a tradicional visão idealizada de mundo.

Na segunda parte, intitulada O HOMEM, que constitui o foco de interesse deste estudo, o autor propõe-se a analisar, objetivamente, a formação do homem do sertão. Logo no início dessa parte, explicita o rigor científico que pretende aplicar à escrita, marcando textualmente seu repúdio às formas de pensar e representar o mundo que não obedecem à racionalidade técnica.

Há como que um excesso de subjetivismo no ânimo dos que entre nós, nos últimos tempos, cogitam de cousas tão sérias, com uma volubilidade algo escandalosa, atentas as proporções do assunto. Começam excluindo em grande parte os materiais objetivos oferecidos pelas circunstâncias mesológica e histórica (*Ibid*, *Ibid*, p. 70).

Resultado de discussões que trava no texto, fazendo emergir outras vozes, num diálogo com outros autores, Euclides da Cunha faz uma afirmação categórica: “Não temos unidade de raça” (*Id*, *Ibid*, p. 71).

A complexidade étnica no Brasil é evidenciada também na página 71, em que afirma que a formação do povo brasileiro está ligada aos seguintes fatores: a) à heterogeneidade de elementos étnicos ancestrais; b) à amplitude e variação do meio físico; c) à variedade de situações históricas, decorrentes, em grande parte, do meio físico. No que diz respeito a esta última variante, o autor diz que a ocupação do Brasil, já na fase colonial, se deu separando-se radicalmente o Sul e o Norte. É pertinente esclarecer que, quando Euclides da Cunha se refere ao Sul, deve-se ler “região sudeste” (São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente). No Sul (Sudeste, portanto), registrou-se um movimento progressista, enquanto que no Norte, capitânicas esparsas e incoerentes, onde “a história é mais teatral, porém menos eloqüente” (p. 80). E soma-se a isso a separação entre si das três raças formadoras do povo da região: o negro, o índio e o europeu (português):

Mesmo no período culminante, a luta com os holandeses, acampam, claramente distintos em suas tendas de campanha, os negros de Henrique Dias, os índios de Camarão e os lusitanos de Vieira. Mal unidos na guerra, distanciam-se na paz. O drama de Palmares, as correrias dos selvícolas, os conflitos na orla dos sertões, violam a transitória convergência contra o batavo (Id, Ibid, p. 80).

Já o povo do Sul é descrito como:

Um povo estranho de mestiços levantadiços, expandindo outras tendências, norteado por outros destinos, pisando, resolutivo, em demanda de outros rumos, [...]. Volvia-se em luta aberta com a corte portuguesa, numa reação tenaz contra os jesuítas. Estes, olvidando o holandês e

dirigindo-se, com Ruiz de Montoya a Madrid e Diaz Taño a Roma, apontavam-no como inimigo mais sério (Id, Ibid, p. 80).

Portanto, a feição verdadeiramente nacional está no contraste, que não se baseia, segundo o autor, em causas étnicas primordiais. Ele ressalta a influência do ambiente e do clima sobre o movimento histórico e a formação étnica.

Na página 84, Euclides da Cunha afirma: “Não há um tipo biológico brasileiro” e “Não há um tipo antropológico brasileiro”. Apresenta o que se pode denominar uma tese acerca da formação étnica, trazendo conceitos que hoje são facilmente combatidos pelos Estudos Culturais, bem como pela Biologia: “cultura superior, raça superior, sub-raça”. Dos argumentos apresentados pelo autor, interessa, na perspectiva desta abordagem, a conclusão a que chegou: os vários aspectos da natureza brasileira distribuíram de modo diverso as camadas étnicas no território do país, originando uma mestiçagem variada.

Assim como a formação da população do norte se deu diferentemente da população do sul do país, a formação da população sertaneja se deu diferentemente da litorânea. O sertanejo tem maior influência do índio, enquanto o tipo humano do litoral é mais marcado pelo cruzamento com o negro. Isso tem, segundo o autor, determinante contribuição sobre o caráter de cada um desses tipos: o sertanejo e o homem litorâneo. **Mesmo** que ambos sejam “mestiços”, o que, do ponto de vista do autor, é negativo para seu desenvolvimento e sua evolução, o sertanejo está em vantagem por ter recebido maior influência do índio do que do negro.

Sobre as características morais do sertanejo, o autor afirma que são uma mescla do caráter do bandeirante (paulista) e do jesuíta (europeu):

1. o bandeirante (paulista): bravo e destemido, em busca de ouro ou escravos, não povoava, ao contrário, por onde passava, deixava porventura “mais deserto”;
2. o jesuíta (europeu): resignado e tenaz;
3. o vaqueiro (sertanejo): bravo e destemido como o bandeirante, resignado e tenaz como o jesuíta, tinha uma vantagem que faltou a ambos: a fixação ao solo.

Nos sertões brasileiros, o vaqueiro é figura preponderante. O povo sertanejo (mestiço) foi sendo formado pela fusão com outros povos, do sul e do norte que se aventuravam em busca de minas:

Abrindo aos exploradores duas entradas únicas, à nascente e à foz, levando homens do sul ao encontro dos homens do norte, o grande rio erigia-se desde o princípio com a feição de um unificador étnico, longo traço de união entre as duas sociedades que se não conheciam (Id, Ibid, p. 91).

Nessa passagem, evidencia-se mais uma vez a influência do meio atribuída à formação do povo, pois o Rio São Francisco é apontado como “unificador étnico”. Outra passagem também é muito significativa, ilustrando a tese defendida pelo autor sobre a formação do povo:

A terra, do mesmo passo exuberante e acessível, compensava-lhes a miragem desfeita das minas cobiçadas. A sua estrutura geológica original criando conformações topográficas em que as serranias, últimos esporões e contrafortes da cordilheira marítima, têm a atenuante dos tabuleiros vastos; a sua flora complexa e variável, em que se entrelaçam florestas

sem a vastidão e o trançado impenetrável das do litoral, como ‘mimoso’ das planuras e o ‘agreste das chapadas desafogadas, todas salteadamente, nos vastos claros das caatingas [...] foram laços preciosos para a fusão desses elementos esparsos, atraindo-os, entrelaçando-os. E o regime pastoril ali se esboçou como uma sugestão dominante dos *gerais* (Id, Ibid, p. 91-92).

O caráter do sertanejo é descrito, portanto, como a fusão dos elementos que o formaram. O colono, que no sertão se instalou após as frustradas buscas pelas minas naquela região, contribuiu com a “índole aventureira”. O indígena acrescentou a impulsividade. Estas características se conservam no tipo sertanejo, modificadas apenas de acordo com as novas exigências da vida, traduzindo-se em:

- vestes características;
- hábitos antigos;
- apego às tradições mais remotas;
- sentimento religioso levado até o fanatismo;
- exagerado ponto de honra;
- folclore belíssimo de rimas seculares.

Segundo o autor, os jesuítas, capuchinhos e franciscanos tiveram importância destacada na história da formação dos povos sertanejos, catequizando indígenas e incorporando-os à vida nacional por meio dos aldeamentos que se formavam no século XVIII sob influência das missões jesuíticas.

Para ele, dois determinantes históricos se destacam na manutenção do autóctone na região sertaneja do Brasil:

1. as grandes concessões de sesmarias, o que levou ao latifúndio, em um “sistema feudal”, e dificultou a entrada de novos

povoadores ou concorrentes, permanecendo a raça mestiça própria do local, crescendo fora da influência de outros elementos, entregues à vida pastoril;

2. a carta régia de 7 de fevereiro de 1701, que foi medida concentradora desse isolamento. O documento legal proibia, sob pena de severas punições, qualquer comunicação ou mesmo relação comercial daquela parte dos sertões (Pombal, Cume, Bom Conselho, Monte Santo) com o Sul.

A esses fatos históricos, soma-se a já destacada influência do clima na formação do tipo sertanejo. O resultado é, segundo o autor, um tipo uniforme:

[...] o homem do sertão parece feito por um molde único, revelando quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando brevemente do mameluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredio e duro ou levemente ondedado; a mesma envergadura atlética, e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes (Id, *Ibid*, p. 100).

Ainda na página 100, o autor “abre um parêntese” e traz alguns conceitos que estão subentendidos nas observações que faz acerca do homem, que são, segundo ele, impressões, “sem pretensão ou método”: “Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias, que tivemos de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão – abandonados – há três séculos”. Nesse “parêntese”, menciona o evolucionismo, a fim de justificar sua convicção na superioridade/inferioridade racial como determinante de estados

mentais superiores ou inferiores, tomando como modelo de superioridade mental o indo-europeu e afirmando que a capacidade cerebral é herança da integração de esforços da raça a que pertence o homem. Nesse sentido: “[...] o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado” (p. 101).

Afirma, ainda, que a destruição das raças inferiores se dá pela civilização, para a qual elas não estariam preparadas. Nesse sentido, o isolamento do sertanejo (mestiço) teve função benéfica, pois o manteve longe da civilização, protegendo-o e permitindo seu desenvolvimento:

A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. Aquela raça cruzada surge autônoma e, de algum modo, original, transfigurando, pela própria combinação, todos os atributos herdados; de sorte que, despeada afinal da existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada; por isto mesmo que não a atingiu de repente (Id, *Ibid*, p. 103).

Portanto, estariam superadas as questões biológicas, pois “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” (p. 103); o sertanejo estaria apto à vida civilizada, buscando “galgar degraus” na escalada linear da evolução.

A obra de Cunha explicita também aspectos da cultura do sertanejo, que ilustram a afirmação anterior acerca do apego às tradições remotas. O divertimento do vaqueiro constitui-se das seculares festas de cavalhada e mouramas, nas vilas. Um

exemplo do apego às tradições remotas é a encamisada, um dos programas dessas festas, que consiste em assalto noturno em que as tropas vestem camisões por disfarce. A encamisada é, nas palavras do autor:

Velhíssima cópia das vetustas quadras dos fossados ou arrancadas noturnas, na Península, contra os castelos árabes, e de todo esquecida na terra onde nasceu, onde a sua mesma significação é hoje inusitado arcaísmo, esta diversão dispendiosa e interessante, feita à luz de lanternas e archotes, com os seus longos cortejos de homens a pé, vestidos de branco, ou à maneira de muçulmanos, e outros a cavalo em animais estranhamente ajaezados, desfilando rápidos, em escaramuças e simulados recontros, é o encanto máximo dos matutos folgazões (Id, Ibid, p. 117).

As músicas/ritmos são o choradinho e o baião. A tradição oral é mostrada como um elemento da cultura sertaneja. Nos intervalos do baile, são travados desafios/competições de rimas. A superstição é outro traço característico de tal cultura:

É a experiência tradicional de Santa Luzia. No dia 12 ao anoitecer expõe ao relento, em linha, seis pedrinhas de sal, que representam, em ordem sucessiva da esquerda para a direita, os seis meses vindouros, de janeiro a junho. Ao alvorecer de 13 observa-as: se estão intactas, presagiam a seca; se a primeira apenas se deliu, transmutada em aljôfar límpido, é certa a chuva em janeiro; se a segunda, em fevereiro... (Id, Ibid, p. 120).

A fé religiosa também é traço marcante da constituição do sertanejo, expressada por meio de imagens de santos, rezas, procissões e ladainhas às quais se entregam em uma esperança que é pura espera, impossibilitados de fazerem sua própria história:

O seu primeiro amparo é a fé religiosa. Sobraçando os santos milagreiros, cruzeiros alçadas, andores erguidos, bandeiras do Divido ruflando, lá se vão, descampados em fora, famílias inteiras. [...] Ecoam largos dias, [...] pelos ermos, por onde passam as lentas procissões propiciatórias, as ladainhas tristes. Rebrilham longas noites nas chapadas, pervagantes, as velas dos penitentes... Mas os céus persistem sinistramente claros; o Sol fulmina a terra; progride o espasmo assombrador da seca. O matuto considera a prole apavorada; contempla entristecido os bois sucumbidos [...] em mugidos prantivos 'farejando a água'; – e sem que se lhe amorteça a crença, sem duvidar da Providência que o esmaga, murmurando às mesmas horas as preces costumeiras, apresta-se ao sacrifício (Id, Ibid, p. 121).

A religiosidade do sertanejo é, como ele, mestiça; as suas crenças singulares traduzem a aproximação de tendências distintas: lendas arrepiadoras (do caapora, do saci diabólico, de lobisomens e mulas-sem-cabeça, de mal-assombramentos variados), as benzeduras e as "profecias esdrúxulas de messias insanos" convivem com as romarias piedosas, as missões, as penitências, revelando heranças da religiosidade africana e indígena misturadas à fé cristã/católica: "os sertanejos, herdeiros infelizes de vícios seculares, saem das missas consagradas para os ágapes selvagens dos candomblés africanos ou poracês do tupi" (p. 126). Nessa afirmação, explicita-se mais uma vez que o autor tem por parâmetro o europeu, a religião européia, pois é significativo quando diz que elementos da fé indígena e/ou africana convivem com elementos da fé católica, afirmando que o sertanejo herdou, mas não apenas herdou, é "herdeiro infeliz!" das

marcas da fé indígena e/ou africana, supondo que o *natural* é ser católico.

Dois elementos também muito fortes na religiosidade do sertanejo e, podemos dizer, do nordestino em geral, são o misticismo político do sebastianismo e o messianismo.

O sebastianismo é um Movimento místico-secular que ocorreu em Portugal na 2ª metade do Séc. XVI como consequência da morte do Rei D. Sebastião na batalha de AlcacerQuibir, em 1578. O rei não tinha herdeiros; o trono português foi tomado pelo espanhol Felipe II. No entanto, o povo não aceitou a morte do rei, acreditando que ele estivesse ainda vivo e que voltaria ao trono e afastaria o domínio estrangeiro. O conceito de sebastianismo traduz uma inconformidade com a situação política vigente e uma expectativa de salvação por meio da ressurreição de um morto ilustre.

O messianismo refere-se a um fenômeno sócio-religioso que ocorre geralmente em situação de grave crise política (ameaça de invasões, brusca mudança de regime, etc.) e reflete um desespero e um temor crescente e insuportável, uma crença nas proximidades do Juízo Final e na necessidade da chegada de um salvador (messias) para resgatar a comunidade que está em perigo.

O sertanejo é, segundo o autor, “alma ingênua e primitiva”, vulnerável à influência insana de líderes fanáticos.

Outro aspecto interessante é a concepção de morte, que é também reveladora da concepção de vida: “A terra é o exílio insuportável, o morto um bem-aventurado sempre” (p. 127). Nesse sentido, o culto dos mortos é prática corrente.

No capítulo IV da parte intitulada O HOMEM, o autor apresenta a imagem/personificação das “camadas profundas da nossa estratificação étnica”: Antônio Conselheiro. E escreve:

O historiador só pode avaliar a atitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Isolado, ele se perde na turba dos nevroticos vulgares. Pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva. Mas posto em função do meio, asombra. É uma diátese, e é uma síntese. As fases singulares da sua existência não são, talvez, períodos sucessivos de uma moléstia grave, mas são, com certeza, resumo abreviado dos aspectos predominantes de mal social gravíssimo. Por isso o infeliz destinado à solicitude dos médicos, veio, impellido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a história como poderia ter ido para o hospício. Porque ele para o historiador não foi um desequilibrado. Apareceu como integração de caracteres diferenciados – vagos, indecisos, mal percebidos quando dispersos na multidão, mas enérgicos e definidos, quando resumidos numa individualidade (Id, *Ibid*, p. 132).

Cunha apresenta Antônio Conselheiro a partir de uma leitura à luz do Determinismo Social e do Evolucionismo, como se ilustra pelo seguinte trecho:

É difícil traçar no fenômeno a linha divisória entre as tendências pessoais e as tendências coletivas: a vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida de sua sociedade... [...] A constituição mórbita levando-o a interpretar caprichosamente as condições objetivas, e alterando-lhes as relações com o mundo exterior, traduz-se fundamentalmente como uma regressão ao estágio mental dos tipos ancestrais da espécie [...] marcando

logicamente certo nível da mentalidade humana, recuando no tempo, fixando uma fase remota da evolução (Id, Ibid, p. 133).

Na terceira parte da obra, intitulada *LUTA*, Euclides da Cunha narra, com riqueza de pormenores, as batalhas de Canudos no enfrentamento entre os sertanejos reunidos em torno de Antônio Conselheiro e as tropas republicanas. Também nessa parte da obra, o autor descartou a idéia de uma conspiração política, apoiada por grupos anti-republicanos e por países estrangeiros, que havia justificado o massacre de Canudos e mostrou que os dois lados do conflito – o litoral e o sertão – estavam tomados por fanatismos religiosos e políticos. Os soldados republicanos saudavam a memória do marechal Floriano Peixoto com o mesmo entusiasmo doentio com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus

Considerando os objetivos deste texto, não cabe o aprofundamento da discussão sobre essa parte da narrativa de Euclides da Cunha. É pertinente, no entanto, observar que o autor, mesmo tendo sido um defensor da República, denuncia, com todo o fervor que este verbo pressupõe, o aniquilamento daquele povo miserável, vítima de um sistema desigual.

Nesse sentido, cabe citar o que escreveu Roberto Ventura (2002, p. 185):

OS SERTÕES é uma obra híbrida que transita entre a literatura, a história e a ciência, ao unir a perspectiva científica, de base naturalista e evolucionista, à construção literária, marcada pelo fatalismo trágico e por uma visão romântica da natureza. Euclides recorreu a formas de ficção, como a tragédia e a epopéia, para compreender o horror da guerra e inserir

os fatos em um enredo capaz de ultrapassar a sua significação particular. A epopéia gloriosa da República brasileira, pela qual combatera na juventude, adquiriu caráter de tragédia na violenta intervenção militar que testemunhou em Canudos.

Independentemente das contradições apontadas pela crítica à obra de Euclides da Cunha, a mesma constitui, inegavelmente, uma importante leitura do povo brasileiro, principalmente do sertanejo nordestino, sobre o qual, até então, nenhum olhar dessa natureza tinha sido lançado.

Urupês: o caboclo como a personificação da incapacidade

O conto **Urupês**, de Monteiro Lobato, apresenta um alto grau de intertextualidade. Os primeiros doze parágrafos do texto remontam o leitor a uma série de outros textos da literatura brasileira. Irônico, o autor dedica os primeiros parágrafos a uma leitura dos tipos brasileiros mais marcantes de nossa literatura até então e avança, passando de um texto a outro, fazendo uma crítica sagaz ao romantismo e a tudo o que ele suscitou, em um estilo envolvente, exigindo do leitor várias referências, a fim de que possa compreender o que escreve e perceber a crítica estampada nas entrelinhas do texto, no melhor estilo lobatiano.

Estabelecida a crítica ao recente passado literário brasileiro e ao legado que deixou (o orgulho do índio idealizado, primeiro, e do caboclo, depois), Lobato tece uma contundente crítica ao caipira (caboclo) brasileiro e ao culto que dele se fazia no início do séc. XX. Contrário à perspectiva

típica da época, Lobato descreve caricatural e negativamente o caboclo brasileiro, apresentando-o como um tipo que é a personificação da incapacidade.

Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígene de tabuinha no beíço, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé (LOBATO, 1997 [1914], p. 89).

Evidencia-se, nesse trecho, também o que se afirmou anteriormente a respeito da aversão de Lobato às tentativas de construção da identidade nacional pela idealização.

É possível sistematizar as seguintes características do caboclo a partir do texto de Lobato:

1. *totalmente dependente e absolutamente não politizado, alheio aos acontecimentos da vida nacional:*

Quando Pedro I lança aos ecos o seu grito histórico e o país desperta estrovinhado à crise de uma mudança de dono, o caboclo ergue-se, espia e acocora-se de novo”.

A 15 de novembro troca-se um trono vitalício pela cadeira quadrienal. O país bestifica-se ante o inopinado da mudança. O caboclo não dá pela coisa (Id, Ibid, p. 89-90).

2. *inábil com a linguagem verbal:* “De pé ou sentado as idéias se lhe entramam, a língua emperra e não há de dizer coisa com coisa” (Id, Ibid, p. 90).

3. *incapaz de progredir e completamente acomodado:* “Quando comparece às feiras, todo mundo logo adivinha o que ele traz: sempre coisas que a natureza derama pelo mato e ao homem só custa o

gesto de espichar a mão e colher...” (Id, Ibid, p. 90).

4. *incapaz de organizar e manter uma habitação minimamente decente:* “...sua casa de sapé e lama faz rir aos bichos que moram em toca e gargalhar ao João-de-barro. Pura biboca de bosquímano. Mobília nenhuma. A cama é uma espipada esteira de peri posta sobre o chão batido” (Id, Ibid, p. 91).

5. *supersticioso, de uma religiosidade tola e repleta de fatalismo:*

Da parede pende a espingarda, o rabo de tatu e as palmas bentas de queimar durante as fortes trovoadas [...].

[...] a fim de neutralizar o desaprumo e prevenir suas conseqüências, ele grudou na parede uma Nossa Senhora enquadra em moldurinha amarela – santo de mascate.

– Por que não remenda essa parede, homem de Deus?

– Ela não tem coragem de cair. Não vê a escora?

Todo o inconsciente filosofar do caboclo grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. Nada paga a pena. Nem culturas, nem comodidades. De qualquer jeito se vive (Id, Ibid, p. 91-92).

6. *preguiçoso, covarde e cachaceiro:*

Da terra só quer a mandioca, o milho e a cana. A primeira por ser um pão já amassado pela natureza. Basta arrancar uma raiz e deita-la nas brasas [...] (Id, Ibid, p. 92).

Guerra? Tesconjuro! Meu pai viveu afundado no mato p’ra mais de cinco anos por causa da grande [...] (Id, Ibid, p. 94).

O veículo usual das drogas é sempre a pinga – meio honesto de render homenagem à deusa Cachaça, divindade que

entre eles ainda não encontrou heréticos (Id, Ibid, p. 95).

7. inexpressivo e absolutamente incapaz de produzir e/ou apreciar arte:

No meio da natureza brasílica [...] o caboclo é sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas.

Só ele não fala, não canta, não ri, não ama.

Só ele, no meio de tanta vida, não vive... (Id, Ibid, p. 97).

Os Sertões e Urupês: divergência e convergência

Publicado em 1914, o texto de Lobato é, portanto, posterior à obra **Os Sertões**, de Euclides da Cunha (publicada em 1902) que enaltece o sertanejo, apresentando-o como “um forte”, a “rocha viva” da nacionalidade. Lobato, ao contrário, demonstra nesse texto uma atitude completamente antipática com relação ao caboclo, opondo-se e criticando duramente não apenas a idealização do índio, marca registrada do Romantismo brasileiro, mas também as tentativas de “definição” do tipo humano brasileiro valorizando-se o mestiço, dentre as quais situa-se, destacadamente, a obra de Euclides da Cunha. Lobato mostra-se avesso a qualquer possibilidade de idealização e/ou enaltecimento do tipo brasileiro mestiço (caboclo): “Pobre Jeca Tatu! Como é bonito no romance e feio na realidade!” (LOBATO, 1997 [1914], p. 90).

Embora apresente uma visão de mundo determinista, cientificista e naturalista, o mérito da obra de Euclides da Cunha reside na denúncia que faz da realidade

brasileira da virada do século XX, trazendo à luz, pela primeira vez em nossas letras, as reais condições de vida no Nordeste brasileiro. Em sua abordagem, a Campanha de Canudos torna-se símbolo dos erros cometidos pela República, ao avaliar, de forma equivocada, os problemas nacionais, precipitando-se na análise das motivações dos rebelados e negligenciando suas condições de vida, ou mais precisamente, de sobrevivência. A revolta no sertão baiano foi considerada, pelo governo da época, um foco monarquista que colocava em risco a vida republicana. Tratava-se, no entanto, conforme Cunha, de uma luta (embora os rebeldes não tivessem consciência disso, absortos que estavam em um completo messianismo) contra estruturas que há três séculos se perpetuavam e as quais a república não melhorou, à medida que mudava apenas o regime de governo, mantendo inalteradas as condições (desiguais e subumanas) de vida do povo.

Euclides da Cunha denuncia e critica veementemente a postura republicana:

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço de nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patricios mais

estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos... (CUNHA, 2000 [1902], p. 174-175).

Da mesma forma, é possível perceber na obra de Monteiro Lobato uma crítica à maneira como são procedidas as mudanças no país, uma vez que também denuncia que as estruturas são negligenciadas; as mudanças são superficiais e impostas, não nascendo das bases da sociedade. Nesse sentido, nota-se evidente crítica à “Independência” no texto de Lobato, mesmo sendo o caboclo o objeto central da crítica do autor: “Quando Pedro I lança aos ecos o seu grito histórico e **o país desperta estrovinhado à crise duma mudança de dono**, o caboclo ergue-se, espia e aco-cora-se de novo” (LOBATO, 1997 [1914], p. 89) [grifo nosso].

É importante salientar que, mais tarde, Lobato escreveu **Zé Brasil**. Nele, o velho Jeca Tatu, preguiçoso incorrigível, que Lobato depois descobriu vítima da miséria, vira um trabalhador rural sem terra. Se antes o caipira lobatiano debatia-se contra doenças endêmicas, agora tinha no latifúndio e na distribuição injusta da propriedade rural seu pior inimigo.

Dois aspectos precisam ser salientados a partir da leitura do texto de Lobato: 1) com esse texto, Lobato “construiu”, ainda no início de sua carreira intelectual, uma imagem extremamente negativa do caboclo brasileiro, que se firmou no imaginário social e até hoje é tomada como uma espécie de argumento que justifica e/ou fortalece preconceitos contra o homem simples do campo;

2) não se pode tomar essa obra de Lobato isoladamente, pelo menos do ponto de vista conceptual, mas sim no contexto de toda sua produção intelectual e de sua trajetória de vida, o que revela um significativo amadurecimento da visão de mundo e das posições políticas assumidas pelo autor, à medida que, ao escrever **Zé Brasil**, já no final de sua carreira (e de sua vida) mostra que aprendeu a interpretar o caboclo inserido em um contexto sócio-econômico e cultural existente no país.

Portanto, tomar as obras de Euclides da Cunha e Monteiro Lobato implica abrir-se para uma leitura histórica do tipo humano brasileiro, atentando para o contexto espaço-temporal em que foram produzidas e tomando suas contradições, bem como suas influências sobre o modo de pensar o país, sempre em relação a tal contexto.

Formação do Brasil Contemporâneo: uma leitura do Brasil à luz do materialismo histórico

Na obra **Formação do Brasil Contemporâneo**, publicada em 1942, Caio Prado Jr. defende a tese de que os primeiros 300 anos de ocupação no Brasil (colonização) constituíram os fundamentos da nacionalidade, daí a importância de voltar os olhos para esse período, a fim de compreender o Brasil contemporâneo. A contemporaneidade de Caio Prado Jr. situa-se na primeira metade do século XX; no entanto, mantém-se, em nosso tempo, a atualidade de suas análises.

De acordo com o autor, nos três primeiros séculos estabeleceram-se as bases sobre as quais o país organizou-se: houve a povoação de seu território; a organização de uma vida humana diferente da que havia anteriormente (autóctones) e, em certa medida, diferente também da vida dos colonizadores (portugueses). Estabeleceu-se no Brasil uma população bem diferenciada e caracterizada; uma estrutura material particular; uma organização social definida por relações específicas (senhores e escravos) e uma “atitude” mental coletiva particular.

Três raças participaram da constituição humana do Brasil: o indígena (nativo), o negro (africano) e o branco (europeu) reunidos aqui, por iniciativa do colonizador europeu, com o único objetivo de realizar uma vasta empresa comercial. Dessas três raças, duas são, de acordo com o autor, semi-bárbaras em estado nativo, as quais são o contingente maior e “trazem à baila problemas étnicos muitos complexos” (PRADO JR., 1999 [1942], p. 85). Referir-se aos negros, que foram trazidos ao Brasil para trabalharem como escravos, não significa referir-se a **UMA** etnia/cultura; houve uma pluralidade historicamente desconsiderada. O mesmo vale para os indígenas. Ambos foram sufocados em sua cultura, arrebanhados pela força e incorporados pela violência, sem receber o menor preparo para o convívio em uma sociedade tão estranha para eles (Id, Ibid, p. 341).

Quanto ao branco, até princípios do século XIX entra na composição do tipo humano brasileiro quase que exclusivamente o português, sendo o critério de seleção de colonos para virem ao Brasil antes

religioso que nacional: a condição de cristão (ressalte-se que cristão era sinônimo de católico). Com a descoberta do ouro na colônia brasileira, o critério muda e a política liberal de admissão de estrangeiros, praticada até então, dá lugar a uma fase de restrições:

A avidez que o metal desperta no Reino marcará toda sua política daí por diante; ela se tornará mesquinha, animada unicamente por interesses fiscais [...]. Fecham-se as portas do Brasil, tudo são temores de desvio de proveitos para fora da metrópole. Até a última gota a seiva da colônia lhe devia pertencer (Id, Ibid, p. 87).

Dentre os elementos apresentados por Caio Prado Jr. como constituintes das bases sobre as quais o país assentou-se, destaca-se o que se refere a uma “atitude” mental coletiva particular. Para compreender a constituição dessa “mentalidade”, é imprescindível voltar os olhos à colonização deste território.

A colonização da América, e especialmente do Brasil, resulta de uma empresa comercial européia. A colonização brasileira é o estabelecimento de feitorias comerciais. A idéia de povoar surge tão somente da necessidade de criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundavam e organizar a produção de gêneros que interessavam ao seu comércio.

Em um primeiro momento, o sistema colonial estabeleceu suas bases sobre a extração de madeira, peles de animais, pesca e minérios; estes em menor quantidade do que a esperada pelos colonizadores. Só mais tarde, estabeleceu-se uma base mais estável: a agricultura. Introduziu-se aqui o produto e o produtor, o que começou

com a cana-de-açúcar e desdobrou-se em vários ciclos geo-econômicos.

O tripé grande propriedade – monocultura – trabalho escravo constituiu a base da ocupação/colonização do Brasil. O perfil do colono europeu que veio para os trópicos foi determinante para isso:

“Não é o trabalhador, o simples povoador; mas o explorador, o empresário de um grande negócio. Vem para dirigir: e se é para o campo que se encaminha, só uma empresa de vulto, a grande exploração rural em espécie e em que figure como senhor, o pode interessar (Id, Ibid, p. 120).

Grande parte dos colonos, pelo menos das primeiras levas, é de origem nobre ou fidalga, vindo, portanto, para comandar e não para trabalhar. Receberam grandes extensões de terras (as sesmarias), instituindo a produção monocultural de produtos destinados ao abastecimento da coroa e/ou ao mercado europeu, com o trabalho, efetivamente, realizado por mão-de-obra escrava.

A colonização de açorianos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, bem como as levas de imigrantes, principalmente italianos e alemães, ao sul do país, constituem exceção.

Agricultura, mineração e extrativismo foram, segundo o autor, atividades fundamentais na colônia, uma vez que representavam a base sobre a qual se assentava a vida na colônia. Todas, no entanto, visavam ao comércio externo e eram comandadas por um “empresário”: o fazendeiro, o minerador ou o explorador extrativista, respectivamente:

“Em cada um dos casos em que se organizou um ramo de produção brasileira, não

se teve em vista outra coisa que a oportunidade momentânea que se apresentava [...].

É assim que se formou e sempre funcionou a economia brasileira: a repetição no tempo e no espaço de pequenas e curtas empresas de maior ou menor sucesso [...]. No conjunto, a colônia não terá nunca uma organização econômica que mereça este nome, e alcançará seu termo sem conseguir equilibrar estavelmente a sua vida. Oscilará com altos e baixos violentos, semeando de cada vez mais um pouco de destruição e miséria neste vasto território que lhe foi dado operar” (Id, Ibid, p. 128).

Portanto, o “sentido” da colonização brasileira

...é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro... [...]. A nossa economia se subordina e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que é aliás de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial (Id, Ibid, p. 119).

É a grande exploração que rege todo o sistema colonial no Brasil. E é esse o elemento que se estabeleceu e, pode-se afirmar, persiste na mentalidade do tipo humano brasileiro. A cosmovisão de Prado Jr. sobre o país é motivada por uma vontade de construção/transformação, uma vez que lhe interessa a superação dos problemas, definindo o Brasil contemporâneo (ele publica o livro em 1942) como “um organismo em franca e ativa transformação que ainda não tomou forma”. Segundo ele, essa transformação, em alguns setores, já se deu de maneira mais profunda, mas o Brasil ainda revela traços muito fortes próprios da era colonial.

O trabalho livre ainda não se organizara, efetivamente, em todo o país; conservam-se traços bastante vivos do regime escravista que o precedeu. A abolição, oficialmente, deu-se em 1888. No entanto, o trabalho escravo era apenas um dos aspectos responsáveis pela desigualdade que mantinha a massa da população brasileira (1/3 de negros) em um grau ínfimo de existência material e moral. A abolição, na concepção do autor, representou uma troca de sistema de trabalho, sem alteração na organização fundamental do país, mantendo-se, portanto, as desigualdades constitutivas de tal organização.

O autor evidencia, ainda, como traços herdados do sistema colonial: a produção extensiva para mercados internacionais; a correlata falta de um mercado interno largo e solidamente alicerçado e organizado; os processos rudimentares aplicados à agricultura do país e a inércia econômica da maioria das regiões brasileiras.

No entanto, as críticas tecidas pelo autor sobre o país não são fortuitas. Ele acredita que os conflitos do sistema colonial colocaram o país em ebulição, preparando o terreno para a transformação. E é este o fim último de sua historiografia: contribuir para a transformação.

A análise que Caio Prado Jr. faz da formação do Brasil sobre as bases do sistema colonial é de um realismo brilhante. A linguagem empregada pelo autor possui uma carga semântica de denúncia da exploração constitutiva das bases do sistema colonial sobre as quais forma-se o Brasil. A obra, perpassada pela visão materialista-histórica da realidade, evidencia a

influência/importância das bases sobre as quais se estabelece a organização sócio-econômica e cultural da vida brasileira; nesse sentido, o autor provoca o leitor a pensar/encarar as mudanças com uma profundidade desestabilizadora.

Considerações Finais

A descrição da formação do tipo humano brasileiro, em suas variáveis regionais, é feita por Prado Jr. sob uma perspectiva completamente diferente daquela que se percebe na obra de Cunha; trata-se de uma perspectiva sócio-econômica e cultural, e não racial, como fizeram Cunha, em **Os Sertões**, e Lobato, em **Urupês**. As bases de análise, ou seja, as teorias que subjazem à interpretação de cada um dos autores citados são substancialmente diferentes.

Os elementos geográficos (clima, tipo de solo, bacia hidrográfica), ressaltados por Cunha como determinantes da ocupação do território e da formação do tipo humano em cada região, são considerados por Prado Jr. como um, dentre o complexo de elementos estruturantes da ocupação do território brasileiro. O que sobressai na análise de Prado Jr. é a organização sócio-econômica da vida do homem neste território como elemento fundante do perfil do tipo brasileiro, sua formação e evolução.

Destaca-se o caráter atual da obra de Caio Prado Jr, uma vez que a mentalidade predominante do povo brasileiro ainda é a de produzir com vistas ao mercado externo, com uma economia dependente, determinada pelo capital internacional e não pelos sujeitos/cidadãos brasileiros que

geram, efetivamente, a produção. Prova disso é o desdobramento e a continuidade da economia em ciclos geo-econômicos, determinando a própria estrutura da sociedade brasileira.

No que tange à educação, os reflexos dessa mentalidade coletiva mostram-se com toda força: a vida social e cultural acabam determinadas pela economia, a qual é dependente do mercado externo.

O risco a que está submetida a instituição escolar, o que não raras vezes se registra efetivamente na prática pedagógica, é de acabar por reproduzir a macro-estrutura da sociedade, servindo a objetivos universalizantes e permanentes a serviço de grupos sociais específicos que trazem interesses gestados fora da escola e para os quais a escola é posta a serviço.

Portanto, ressalta-se a relevância de o professor, independentemente de sua área de formação/atuação, implicar-se com a constituição do tipo humano brasileiro (quem somos?), com o imaginário dessa nação (quem queremos ser?) e com as possibilidades que efetivamente temos e/ou podemos criar/construir.

Nesse sentido, cabe lembrar a concepção de Marques (2000), para quem entender a escola requer entender as razões que movem os sujeitos que a fazem

no seu dia-a-dia: Qual é seu imaginário? Quais são suas expectativas?

A imaginação, entendida aqui como o imaginário social, está no cerne da razão policêntrica (razão das muitas vozes); está na base de qualquer ideal ou projeto de escola, não só daqueles que formalmente a instituem, mas principalmente daqueles que a fazem, re-fazem dia a dia, dando-lhe vida real e efetividade (MARQUES, 2000).

Por isso, é imprescindível que o professor seja um sujeito “tocado” pelas questões que afligem o ser humano e, mais especificamente, o sujeito-cidadão nacional, interessando-se, lendo, pesquisando, enfim, buscando constantemente respostas para as questões fundantes da prática educativa, consciente de que tais respostas precisam ser continuamente construídas, uma vez que não estão prontas para serem descobertas em um determinado lugar, tampouco são completas, mas sim são formas de olhar-ler a realidade e vislumbrar suas possibilidades.

Notas

¹ Figura de linguagem que consiste na atribuição de características humanas a seres inanimados, imaginários ou irracionais.

² Figura de linguagem por meio da qual os seres da natureza são dotados de sentimentos ou mesmo de desígnios humanos.

Referências

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Campanha de Canudos. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 2000.

LOBATO, Monteiro. *Contos* (extraídos de Urupês). Organizado e introduzido por Myriam de Filippis. Curitiba: Pólo Editorial do Paraná, 1997.

MARQUES, Mário Osório. *Aprendizagem na Mediação Social do Aprendido e da Docência*. 2. Ed. Ijuí: Unijuí, 2000.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VENTURA, Roberto. Os Sertões: texto introdutório. In: SANTIAGO, Silviano (coordenação, seleção de livros e prefácio). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. 1, 2002.

Recebido em 05 de julho de 2005.

Aprovado para publicação em 25 de agosto de 2005.